

Governo leiloará 14 aeroportos em 2018, diz Moreira

Por Daniel Rittner | De Brasília

O ministro-chefe da Secretaria-Geral, Moreira Franco, resolveu colocar um ponto final na guerra de bastidores em torno da próxima rodada de concessão de aeroportos. No total, 14 ativos - incluindo Congonhas (SP), de longe o terminal mais rentável da Infraero - serão oferecidos ao mercado. "Está politicamente decidido", disse Moreira ao Valor.

Os aeroportos serão divididos em quatro grupos: 1) Congonhas individualmente; 2) Vitória (ES), com um novo terminal de passageiros em reta final de construção pela Infraero, e Macaé (RJ); 3) o chamado "Circuito do Turismo" na região Nordeste: Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB) e Juazeiro (BA); e cinco aeroportos localizados no Mato Grosso: Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta e Barra do Garças.

Além disso, segundo Moreira,

serão oferecidas as participações acionárias de 49% mantidas pela Infraero nos aeroportos concedidos pelo governo anterior: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). Os controladores privados terão direito de preferência na compra. Se não quiserem exercê-la, esses ativos podem ser leiloados ou vendidos por meio de negociações bilaterais com empresas interessadas.

Moreira não quis fazer projeções de arrecadação, mas reconhece que a estimativa de R\$ 6 bilhões divulgada pela equipe econômica na terça-feira pode ser conservadora. Uma variável importante é se Congonhas vai ter 100% do pagamento de outorga à vista. Nas duas primeiras rodadas de concessão, feitas pela ex-presidente Dilma Rousseff, todo o valor foi dividido em parcelas anuais ao longo do contrato de concessão. Nos quatro aeroportos licitados em março deste ano, já no governo Michel Temer, 25% do preço mínimo de outorga e todo o ágio precisaram ser depositados na assinatura do

contrato.

O ministro dos Transportes, Maurício Quintella, se opõe a esse desenho. Ele tem se manifestado contra a concessão de Congonhas e ressalta os riscos de insustentabilidade financeira da Infraero. O aeroporto central de São Paulo deve representar quase 20% de suas receitas neste ano e ter superávit acima de R\$ 300 milhões. Sem ele, a estatal ficaria em déficit operacional já em 2017.

"Não se privatiza para fazer caixa, mas para viabilizar melhorias no atendimento dos clientes", argumenta o secretário de Aviação Civil, Dario Rais Lopes, subordinado a Quintella. "Privatizar Congonhas isoladamente compromete a Infraero, a política de prestação de serviços em rede e, em consequência, as condições de mobilidade. Mobilidade comprometida é estabilidade econômica comprometida. Daí entendermos que se trata de uma medida longe do ideal para o sistema de transportes", adverte.





A nova rodada de concessões será anunciada oficialmente após reunião do conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na quarta-feira, cuja secretaria-executiva está vinculada a Moreira. Temer deverá presidir a reunião. Um encontro preparatório ocorreu ontem no Palácio do Planalto e selou o cardápio de ativos que serão oferecidos ao setor privado.

A proposta de conceder o aeroporto de Congonhas nasceu nos últimos dias, no Ministério do Planejamento e com apoio da Fazenda, como forma de reforçar os cofres públicos em 2018. Quintella foi pego de surpresa e votará contra. Nos bastidores, fala-se inclusive na possibilidade de que ele se recuse a encaminhar o projeto de qualificação do aeroporto no PPI.

Isso criaria constrangimento no

governo, já que a Lei 13.334 - que estrutura o programa de parcerias e foi sancionada por Temer em setembro do ano passado - deixa claro no artigo 11: "Ao ministério setorial ou órgão com competência para formulação da política setorial [o Ministério dos Transportes no caso de aeroportos] cabe, com o apoio da Secretaria do PPI, a adoção das providências necessárias à inclusão do empreendimento no âmbito do PPI".

Em eventual recusa de Quintella para encaminhar o projeto ao programa de concessões, não há previsão legal sobre o que fazer. O Valor apurou que os estudos de viabilidade para a concessão de Congonhas - que vão definir questões como o preço mínimo de outorga, os investimentos necessários e o prazo de vigência da concessão - devem ser tocados diretamente pelo Ministério do Planejamento. Se

tudo correr bem, o leilão ocorreria no começo do segundo semestre de 2018.

Viracopos (SP), que será devolvido à União pela atual concessionária, poderia até entrar na próxima rodada. No entanto, o processo de devolução ainda não foi regulamentado e uma relicitação do ativo depende de outros fatores, como o cálculo de indenizações por investimentos não amortizados.

No caso das vendas de participações acionárias de 49%, o dinheiro será voltado inteiramente ao saneamento financeiro da Infraero, sem entrar portanto no caixa do Tesouro Nacional. A expectativa do governo é que isso possa pagar demissões voluntárias de empregados e dotá-la de recursos para gerir a rede de aeroportos deficitários.

Equipe econômica sai em defesa da aprovação da TLP

Por Estevão Taiar, Thais Carrança, Sergio Lamucci e Cristiane Bonfanti | De São Paulo e Brasília

A equipe econômica do governo decidiu sair em defesa da TLP, a taxa de juros de longo prazo que vai substituir a TJLP nos empréstimos do BNDES no ano que vem. Em eventos diferentes, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário de Política Econômica, Mansueto de Almeida, defenderam a mudança da taxa que reduz os subsídios nos empréstimos do banco. Até o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, que já esteve do outro lado ao criticar a metodologia de cálculo da TLP, em junho, voltou a se manifestar favoravelmente à nova taxa.

Em São Paulo, Meirelles disse que a proposta de criação da taxa que se encontra em tramitação na Câmara é "um dos projetos mais importantes" enviados pelo governo ao Congresso.

"Não é justo que haja grandes

empresas com taxas de juros mais baixas, e a população, as pequenas empresas, as médias e as que não têm acesso ao BNDES paguem taxas mais altas", disse Meirelles. Segundo ele, a aprovação da TLP representará juros menores para a maior parte da população. "A ideia é ter um banco de desenvolvimento forte, mas compatível com as taxas de juros do país."

Também em São Paulo, Mansueto afirmou que a nova taxa "vai ser boa para todo mundo". "A transição para a TLP vai levar cinco anos, mas se estivesse em vigor hoje, estaria em 8%. Melhor ter um taxa de juros que seja baixa, que seja boa para todo mundo, do que ter uma taxa artificial decidida por três pessoas dentro do Conselho Monetário Nacional", disse, referindo-se à TJLP.

Mansueto disse ainda que a estratégia do governo, por enquanto, é aprovar a medida provisória da TLP até 6 de setembro. Questionado se o governo já trabalha em um projeto de lei como "plano B",

Mansueto reafirmou que o governo espera a aprovação antes do prazo de prescrição da MP.

"Se votar na terça-feira que vem [na comissão], em seguida votar no plenário da Câmara e imediatamente for para o Senado, é possível, sim, aprovar a MP antes de 6 de setembro", afirmou. "Vamos trabalhar primeiro com esse cronograma, não adianta por enquanto ficar falando em hipóteses."

A MP prevê que a taxa vai convergir em cinco anos para a NTN-B (papéis do Tesouro corrigidos pelo IPCA) de mesmo prazo, eliminando gradualmente os subsídios nos empréstimos do BNDES.

A substituição da TJLP pela TLP nos empréstimos do BNDES é fundamental para que o Brasil tenha juros estruturais mais baixos, disse o Bank of America Merrill Lynch em relatório. A instituição afirma que a adoção da TLP é um das mudanças importantes de caráter estrutural perseguidas pelo governo, junto com





a reforma da Previdência.

"A medida é importante tanto para reduzir subsídios na economia como para melhorar a eficácia da política monetária e permitir níveis mais baixos para os juros estruturais", afirma o texto. O relatório diz que, no lado fiscal, um dos principais impactos será a redução dos subsídios implícitos, aqueles que não aparecem no Orçamento.

Em Brasília, Rabello de Castro voltou a negar ter feito críticas à proposta de criação da TLP. O presidente do BNDES afirmou que a aprovação da MP que institui a TLP está até "tardando". Na segunda-feira, ele havia dito que seria bom se a MP fosse aprovada no prazo, mas que não seria o "fim do mundo" se fosse necessário trabalhar um pouco mais na sua definição.

Mansueto negou que o ajuste fiscal tenha sido adiado para o próximo governo depois da alteração da meta fiscal para 2017 e 2018, feita esta semana, de déficit de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Segundo ele, há expectativa de queda na despesa primária com relação ao Produto Interno Bruto até 2018.

"O ajuste não foi adiado. Se você

olhar o dado da despesa primária, deste ano e do próximo, vai ver que a despesa sobre PIB vai cair", comentou, rebatendo reportagem publicada ontem pelo Valor.

Segundo Mansueto, a queda "grande e rápida" da inflação tirou R\$ 23 bilhões de receita este ano e afeta a base para o ano seguinte. Mansueto afirmou também que o prazo para aprovação da reforma da Previdência vai depender do tempo necessário para se chegar a um consenso político.

"A reforma já foi aprovada na Comissão Especial, já esta pronta para ser levada ao plenário da Câmara, resta saber quanto tempo será necessário para fazer o acordo político", disse. Segundo o secretário, os líderes políticos estarão conversando com todos os partidos nas próximas duas semanas para ver exatamente, a partir do relatório aprovado na comissão, o que é consensual e o que não é.

Mansueto foi questionado sobre o que seria imprescindível aprovar na reforma. "Idade mínima e regra de transição, não dá para abrir mão", afirmou. "O ideal seria ter consenso para votar o relatório do deputado Arthur Maia [PPS-BA], que já foi bastante negociado."

Projeções mostram alta forte da dívida bruta

Por Ribamar Oliveira e Sergio Lamucci | De Brasília e de São Paulo

O aumento das projeções para o déficit primário dos próximos anos levou a uma piora na dinâmica esperada para a dívida pública brasileira, tanto por parte do governo como por analistas do setor privado. A equipe econômica, porém, continua a prever uma trajetória mais favorável, ainda que tenha passado a estimar números mais elevados. Para 2020, por exemplo, a nova projeção oficial para a dívida bruta subiu de 77,7% para 81,1% do PIB, enquanto a previsão do Santander pulou de 84% para 92% do PIB. Um dos principais termômetros de solvência do setor público, o indicador fechou junho em 73,1% do PIB.

Nas contas do governo, a dívida bruta crescerá nos próximos três anos em relação ao PIB, de acordo com o projeto enviado ontem pelo Executivo ao Congresso. Na projeção anterior, ela começava a cair a partir de 2020.

Segundo o projeto de mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deverá passar pelo crivo dos parlamentares, a dívida pública bruta chegará em 2018 a 78,7% do PIB, ante 76,9% da previsão anterior. Em 2019, o número aumentou de 77,9% para 80,6% do PIB. Já para este ano, a estimativa é de que a dívida bruta alcance 75,7% do PIB, com um crescimento da economia de 0,5% e inflação de 3,7%. Agora, o governo projeta uma expansão do PIB de 2,5% em 2019 e de 2,6% em 2020. A estimativa para 2018, por sua vez, caiu de 2,5% para 2%.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o aumento da projeção para a dívida bruta é um sinal da "situação grave em que se encontram as contas públicas". Segundo ele, o problema revela a necessidade das reformas, em particular a da Previdência. "É preciso enfrentar a principal despesa do governo, a da Previdência." Sem isso, disse Dyogo, o país não vai estabilizar as contas públicas.

As estimativas da economista Tatiana Pinheiro, do Santander, indicam uma trajetória de alta mais acentuada para a dívida bruta. Ela manteve a projeção para 2017 foi em 77,2% do PIB, elevando a de 2018 de 81,9% para 84% do PIB e a de 2019, de 83,4% para 88,9% do PIB.

Anunciadas na terça-feira, as novas metas fiscais representam uma deterioração de R\$ 200 bilhões, ou 2,6% do PIB, para o déficit primário (que exclui gastos com juros) do governo central entre 2017 e 2020, destacou Tatiana. "Essas mudanças nas metas para o resultado primário são más notícias para a dinâmica da dívida", resumiu a economista. O nível dos juros e o crescimento do PIB são as outras variáveis fundamentais para definir a trajetória do endividamento público.

O Santander adotou como projeções para o déficit primário até 2020 as novas estimativas do governo para o setor público consolidado, que inclui, além da





União, Estados, municípios e estaduais, com exceção da Petrobras e da Eletrobras. Para 2017, o número continuou em 2,5% do PIB, a previsão com que Tatiana já trabalhava. No caso do período de 2018 a 2020, o buraco esperado aumentou, com o anúncio das novas metas pelo governo. Para o ano que vem, o déficit primário subiu de 1,8% para 2,3% do PIB; para 2019, pulou de 0,5% para 1,8% do PIB; e, para 2020, passou de um superávit de 0,9% para um déficit de 0,6% do PIB.

Essas mudanças produzem um efeito bastante negativo sobre a dinâmica da dívida, que já não era favorável. Para lembrar, o endividamento bruto equivalia a 51,5% do PIB no fim de 2013. Em três anos e meio, já subiu mais de 21 pontos percentuais do PIB.

Nas contas do Santander, o resultado primário será zerado em 2021, e o setor público terá um número positivo, de 0,5% do PIB, apenas em 2022. Os superávits a partir daí vão ocorrer por causa do crescimento - de cerca de 3% de 2020 em diante - e da implementação de reformas fiscais, segundo Tatiana. Nesse cenário, o resultado primário deve ser positivo em 1,5% do PIB em 2023 e atingir 2% do PIB em 2024 e 2025. Nos cálculos da economista, o superávit necessário para estabilizar o

endividamento está na casa de 2% a 3% do PIB.

A dívida bruta, por sua vez, continua a subir até 2023, batendo em 96,3% do PIB, e cai lentamente a partir do ano seguinte - fica em 96,2% do PIB em 2024 e em 96,1% do PIB em 2025, estima Tatiana. São números muito acima da média dos países emergentes. Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a média do endividamento bruto desse grupo de economias deve ficar em 48,6% do PIB neste ano. "De acordo com nossos modelos, o efeito da Selic na casa de um dígito será suplantado pelo impacto de um déficit primário em média de 1,8% do PIB nos próximos anos", disse Tatiana. A projeção do Santander para a Selic no fim deste ano, de 8,5%, está em processo de revisão. Hoje, a taxa está em 9,25% ao ano, e as previsões dos analistas ouvidos pelo Banco Central (BC) apontam para uma Selic de 7,5% no fim de 2017. No projeto enviado ao Congresso, o governo indicou que espera que a Selic chegue a 8% ao fim de 2018 e 2019, mas suba para 8,3% no fim de 2020. A projeção anterior era de Selic em 9% para o fim de todos esses anos.

No caso da dívida líquida, que desconta ativos do país como as reservas internacionais, o Santander divulgou projeções até 2020, e o resultado tampouco é animador. Para

o banco, o endividamento líquido, que fechou o ano em 44,9% do PIB, vai bater em 66% do PIB em 2020 - antes, a projeção era de 61% do PIB.

"Essa trajetória ascendente para a relação entre a dívida bruta e a dívida líquida e o PIB aumenta as chances de uma revisão do risco de crédito soberano", disse Tatiana, avaliando que pode haver um novo rebaixamento do rating do país pelas agências de classificação de risco. "Nós consideramos a implementação de reformas estruturais a única solução", afirmou Tatiana. "Em nossa opinião, os mercados esperam que o debate no Congresso sobre medidas estruturais recomece a partir de setembro. Se esse calendário de eventos não ocorrer, nós poderemos ver um prêmio de risco maior sendo incorporado aos preços de ativos novamente."

O projeto do governo traz ainda estimativas para o câmbio e para a receita primária nos próximos anos. Para o dólar, a previsão de R\$ 3,40 por dólar em 2018, R\$ 3,50 em 2019 e R\$ 3,50 em 2020, sempre para o fim de cada um dos anos. Já a estimativa do governo para receita primária se mantém constante em 20,14% do PIB em 2018, 2019 e 2020. Em 2017, atingirá 20,8% do PIB. (Colaborou Cristiane Bonfanti, de Brasília)

Equipe quer 'compensar' parlamentares por vetos na LDO

Por Cristiane Bonfanti | De Brasília

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ontem que a equipe econômica está discutindo com o Congresso uma maneira de fazer com que matérias vetadas pelo presidente Michel Temer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 não gerem prejuízos aos parlamentares. A medida seria uma forma de quebrar resistências no Legislativo à aprovação da revisão da meta fiscal - de déficit primário de R\$ 139 bilhões em 2017 e de R\$ 129 bilhões em 2018 para R\$ 159 bilhões nos dois anos.

Ontem, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) disseram que o governo reverteria vetos do presidente Michel Temer à LDO como forma de conseguir apoio para a aprovação da revisão da meta fiscal. Oliveira, no entanto,

afirmou que não é possível rever vetos. "O veto, uma vez emitido, não pode ser retirado", disse. "O que estamos discutindo com eles é se aquelas matérias vetadas podem ser construídas de maneira que não gere os prejuízos, os riscos, as dificuldades que foram motivo dos vetos. Então, várias coisas nos parecem passíveis de serem constituídas de maneira diferente, mas que atendam aos parlamentares", explicou, após reunião com o ministro José Múcio Monteiro, no Tribunal de Contas da União (TCU).

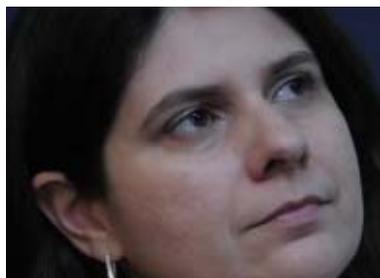
Segundo Oliveira, há temas que podem ser construídos de "maneira diferente" de forma a atender aos parlamentares. "Por exemplo, tivemos veto sobre a justificção a cada medida do impacto nos Estados e municípios. Isto não é possível [de ser revisto] porque não temos informações detalhadas sobre as estruturas, os orçamentos, os gastos dos Estados e municípios.

Mas é possível, por exemplo, fazermos o impacto no FPE [Fundo de Participação nos Estados] e FPM [Fundo de Participação nos Municípios], que me parece que é o motivo da preocupação deles", disse. "Então, a gente vai construindo essas pontes, tentando identificar preocupação do Congresso, e construindo junto com eles alternativas para atender sem criar dificuldades que foram alegadas", complementou o ministro do Planejamento, que observou que o mecanismo sobre como essas alterações podem ser feitas ainda será discutido.

Oliveira disse estar confiante na aprovação da revisão das metas fiscais de 2017 e 2018 antes de 31 de agosto, quando o Executivo enviará ao Congresso Nacional a proposta da lei orçamentária anual do próximo ano. "Nossa expectativa é que a revisão da meta seja aprovada antes do dia 31", afirmou.

Consumo cresce e eleva projeções para o PIB

Por Ana Conceição | De São Paulo



Silvia Matos, do Ibre: "O cenário político limita a velocidade de crescimento".

Com o investimento ainda em retração, a demanda das famílias deve puxar o leve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre e também em 2017, após dois anos de recessão, segundo economistas. A melhora das condições financeiras das famílias por causa da queda da inflação e dos juros, do saque do FGTS, e o pequeno aumento da população ocupada, ainda que no mercado informal, ajudam a atividade.

Depois de oscilar entre abril e maio, os indicadores de junho - comércio e serviços, em especial - surpreenderam e levaram várias instituições a elevar suas estimativas para o PIB do segundo trimestre. As revisões não são drásticas, mas marcam uma reversão das expectativas, que eram de piora por duas razões: o fim do efeito safra que puxou o aumento de 1% no PIB do primeiro trimestre e a forte turbulência política causada pelas

delações da JBS.

Divulgado ontem, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, subiu 0,25% no segundo trimestre sobre o primeiro, feito o ajuste sazonal. Em junho sobre maio, aumentou 0,5%. Mesmo diante do dado positivo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, preferiu, no entanto, manter a cautela e disse ontem que o PIB do 2º trimestre pode ainda ficar "próximo de zero ou quem sabe até um pouco negativo". Mas isso não significa que a retomada não esteja em curso.

O processo de desinflação é o mais importante no jogo de forças da economia no momento, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Ibre-FGV. "Isso forma um quadro mais favorável para o consumo e para a economia nos próximos trimestres". Silvia ressalta que a retomada da demanda das famílias virá em nível mais baixo do que em anos anteriores. "Não há capacidade para crescer muito. Não vai haver excesso de crédito, excesso de consumo." Segundo ela, os brasileiros estão quitando débitos, mas continuam endividados.

O Ibre-FGV prevê alta de 0,5% no consumo das famílias no segundo trimestre, número que pode ser revisto para cima, assim como a estimativa do PIB do período, atualmente em queda de 0,3% ante o primeiro trimestre, feito o ajuste

sazonal. Esta última deve melhorar, mas continuar negativa. Há outros elementos que jogam contra. O investimento ainda deve vir ruim. A construção civil continua com números muito negativos e o segmento de máquinas e equipamentos diminuiu a queda, mas enfrenta cenário difícil, limitado pela grande ociosidade das fábricas.

Ao mesmo tempo, incertezas, como as que envolvem a eleição presidencial não incentivam o aporte das empresas. "O cenário político limita a velocidade de crescimento", diz Silvia. A projeção é que o investimento tenha queda de 3% em 2017. A previsão do consumo das famílias para o é de alta de 0,1% e a do PIB, de 0,2%.

As surpresas positivas de junho no varejo, serviços e mercado de trabalho também levaram o Itaú a melhorar a previsão para o PIB do segundo trimestre, de queda de 0,2% para estabilidade ante o primeiro trimestre. Os dados de trabalho em especial foram bons. Não se esperava queda da taxa de desemprego antes do fim deste ano ou início do próximo. Esse recuo foi comandado pelo emprego informal, mas o banco ressalta que isso também contribui para o aumento da massa salarial.

A grande mensagem dos indicadores de junho, diz Patricia Pereira, economista da Mongeral, foi a de que a crise política não arrefeceu





a atividade. Os índices de confiança caíram no mês, o que levou o mercado a esperar um pé no freio dos agentes econômicos. Não foi o que aconteceu. "Estávamos pessimistas. Mas talvez tenhamos de fato chegado ao piso", diz.

A Pnad Contínua do segundo trimestre e os dados do Caged de maio e junho indicam melhora consistente do mercado de trabalho, na opinião de Patricia. "Ambos surpreenderam porque o mercado de trabalho geralmente é último a piorar, mas também o último a melhorar". Aumentou o número de pessoas procurando emprego e ainda assim há mais pessoas ocupadas. "Esta é uma melhora genuína do mercado de trabalho."

A Mongeral espera estabilidade no PIB do segundo trimestre ante o primeiro, de uma expectativa anterior de queda de 0,2%. Para o ano, a previsão continua em alta de 0,3%. "Estamos longe de devolver a queda dos últimos anos e devemos terminar o ano ainda no nível de 2014, mas é um começo", di Patricia.

O aumento da massa de salários foi um dos fatores citados pelo IBGE e economistas para o melhor desempenho do varejo, que em junho teve alta quase generalizada em dez segmentos, na comparação com maio e também ante o mesmo período do ano passado.

Marco Caruso, do Banco Pine, vê melhora no consumo das famílias, mas relativiza o peso da liberação das contas inativas do FGTS. "Muita gente está usando o fundo para explicar o consumo, mas corre-se o risco de menosprezar outros fatores

relevantes", diz. Entre eles está a melhora das confiança e das finanças das famílias, influenciadas pela queda dos juros e da inflação. Há mais espaço no orçamento.

"Há uma descompressão de custos que se traduz em condições financeiras mais favoráveis para famílias e empresas", afirma Caruso, para quem a demanda ajudou o PIB no segundo trimestre. A massa real de salários está maior, o crédito à pessoa física, mais barato, enumera. "Haverá uma contribuição importante na margem."

Ao longo do segundo semestre, o consumo deve beneficiar a atividade na medida em que o desemprego se estabilize e a queda dos juros se torne mais perceptível para os tomadores de crédito. Neste sentido, diz Caruso, o PIB para o ano também deve ter um desempenho melhor que o esperado. "Mas não vai ser nada extraordinário. Tudo o mais constante, o PIB pode crescer acima de 0,5%, em vez de algo no intervalo de zero a 0,5%, que parecia mais justo até algum tempo atrás." O Pine elevou a previsão para o segundo trimestre de alta de 0,1% para avanço de 0,3%.

O banco Haitong deve revisar para cima a estimativa para o PIB do segundo trimestre, atualmente entre estabilidade e queda de 0,2%. Para o ano, a previsão é de estabilidade, por enquanto. A boa surpresa do varejo restrito e ampliado (inclui veículos e materiais de construção) pode ser creditada ao aumento da massa de renda e aos saques do FGTS, considera Flavio Serrano, economista da instituição. Mas ele vê o bom momento do

consumo como algo pontual.

"Pode ser que tenha crescido em junho, mas não deve liderar a retomada num período mais longo por causa da alta taxa de desemprego. Há muita ociosidade no mercado de trabalho", diz. A baixa dos juros e da inflação ajuda, mas a economia seguirá em seu processo muito gradual de recuperação. Se como for, foram reduzidas as chances de haver uma leitura negativa no segundo trimestre, diz.

Outra instituição a revisar o PIB foi a Quantitas. Projeta agora expansão de 0,1% no segundo trimestre ante o primeiro, de queda de 0,2% estimada antes. A projeção para o terceiro trimestre continuou em alta de 0,3%, mas a do quarto subiu de 0,3% para 0,5%. Agora, a Quantitas trabalha com expansão de 0,6% e 2,1% para 2017 e 2018, respectivamente, ante 0,3% e 1,9% anteriormente. "Continuamos com viés para cima para 2018", afirma em relatório.

Para Silvia, do Ibre-FGV, o consumo doméstico pode beneficiar a produção industrial mais à frente e o setor externo deve continuar positivo, apesar do câmbio mais valorizado. O ambiente favorável aos emergentes lá fora também atua a favor. "O investidor externo acredita que vale a pena correr o risco, pelo menos por enquanto", diz. Entre os riscos à retomada da atividade, Silvia cita a situação dos Estados, o corte dos investimentos pelo governo e o complicado cenário fiscal. (Colaboraram Eduardo Campos, de Brasília, e Estevão Taiar, de São Paulo)

Fatia de rendimento para pagar dívida deve cair abaixo de 20%

Por Thais Carranço | De São Paulo

Como efeito da queda dos juros e com a perspectiva de reação do mercado de trabalho à frente, economistas já vislumbram uma redução do patamar de comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas abaixo dos 20%, nível inédito no país desde 2011. A maior sobra de dinheiro no bolso das famílias promete dar impulso ao consumo, esperado para ser um dos vetores do crescimento do PIB em 2018.

A diferença entre as taxas de juros do crédito livre - aquele oferecido pelos bancos em diversas modalidades de produtos, independentemente das políticas de direcionamento de crédito do governo - e o custo de captação das instituições financeiras está em queda desde fevereiro, após um crescimento constante desde meados de 2013, acentuado a partir de 2015, com a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff.

"Em 2015, os juros se descolam da Selic porque a capacidade de repagamento das pessoas físicas e jurídicas estava sendo questionada, por conta da recessão, sob impacto da queda de faturamento das empresas e das renda disponível das famílias", afirma Fabio Silveira, da MacroSector.

Com o aumento da recessão e do desemprego, as pessoas acabaram migrando para créditos de mais alto risco, como cartão de crédito e empréstimo pessoal, que têm taxas de juros mais altas, explica Gustavo Arruda, economista do banco BNP Paribas, sobre a guinada do spread a partir de 2015.

Segundo Arruda, esse fenômeno conjuntural, resultante da crise, também explica porque o endividamento total das famílias está em queda, enquanto o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas se mantém estável, em patamar elevado. "O movimento de desalavancagem da dívida total não se refletiu em pagamento menor de parcela porque o brasileiro teve que se endividar com uma dívida muito mais cara", diz o economista.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas assumidas e a renda em 12 meses - está em queda desde setembro de 2015, quando chegou a um pico de 46,1%. Em maio, dado mais recente disponibilizado pelo Banco Central, o indicador estava em 41,5%, no vigésimo mês consecutivo de redução e nível mais baixo em seis anos.

"À medida que as famílias pagam suas dívidas e não tomam dívidas novas, o endividamento assume uma trajetória de queda mais acentuada",

diz João Morais, economista da Tendências.

Já o comprometimento da renda das famílias com o pagamento do serviço das dívidas tem se mantido em patamar relativamente estável, entre 21% e 22%, desde 2011. Em maio, o indicador estava em 21,3%, acumulando quatro meses de queda - o pior ponto da curva, 22,7%, foi registrado em setembro de 2015.

Analisando o comprometimento da renda de maneira mais detalhada, separando entre pagamento de principal e de juros, o efeito da piora no perfil de endividamento se torna mais evidente, acredita Arruda. Enquanto o comprometimento da renda com amortização de principal vem caindo desde o fim de 2014, a carga de juros se mantém em alta firme desde 2005, observa.

"Em termos históricos, pode-se dizer que o comprometimento da renda ainda está estável, mas colocando uma lupa nos últimos meses, enxergamos o início de uma trajetória de queda, que deve persistir nos próximos meses, com a continuidade da baixa de spread e com a melhora do perfil do crédito, que está voltando a crescer com linhas de melhor qualidade", afirma Morais, da Tendências.

A consultoria espera que o comprometimento da renda deve cair abaixo dos 20% ainda este ano, com





intensificação da trajetória de queda no fim de 2017. A estimativa da Tendências é de que, ao fim do ano, as famílias estejam gastando 19,8% de sua renda com o pagamento de dívidas, caindo a 18,7% em 2018. A projeção tem viés de baixa, pois ainda não havia incorporado a revisão de projeção para a Selic no ano e a melhora de perspectiva para a massa salarial, com a recuperação do mercado de trabalho.

Já o BNP Paribas projeta o comprometimento da renda caindo ao nível de 19% mais para o fim de 2018. "Esse processo de desalavancagem se traduziria em mais de 1% do PIB em renda líquida para as famílias, provavelmente impulsionando o consumo e o crescimento em geral em 2018", escreveu Arruda em relatório. O banco projeta um crescimento do PIB de 3% no próximo ano, enquanto o consenso do mercado está em 2%, conforme o boletim Focus.

Menos otimista, Silveira, da MacroSector, acredita que uma queda mais significativa do comprometimento da renda das famílias deve ficar para 2019, embora deva haver melhora já no próximo ano. "Normalmente, quando os juros caem, o efeito na economia começa seis a nove meses, mas pelo fato de a economia estar desorganizada, vai levar um ano para o efeito começar a aparecer", afirma o economista. Para ele, o Banco Central poderia ter sido mais rápido no corte de juros.

Para José Márcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, a queda de spread pode se acelerar se a Taxa de Longo Prazo (TLP) for aprovada pelo Congresso Nacional. "Se isso acontecer, esse spread vai diminuir de forma bastante significativa, ou seja, a taxa de juros de mercado vai estar muito mais próxima da Selic do que no passado recente", prevê. Defensores da TLP acreditam que a nova taxa do BNDES aumentará a potência da política monetária, porque uma parte maior do crédito estará atrelada a taxas de mercado.





Desalavancagem à vista

Spread dos juros livres inicia queda e deve liberar recursos

Pagando dívidas



Comprometimento da renda



Spread do crédito livre



Fonte: BCB. *com ajuste sazonal

Após recuo de 2 anos, distribuição de renda melhora no 2º tri

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio



Marcelo Neri, da FGV Social: "Sinal de que a desigualdade parou de piorar".

A recente redução do desemprego e a queda da inflação produziram um efeito favorável na distribuição de renda no país. Após pouco mais de dois anos de piora contínua, a disparidade da renda domiciliar per capita do trabalho no Brasil registrou pequena melhora no segundo trimestre deste ano.

Segundo cálculos da FGV Social, o Índice de Gini da renda domiciliar per capita do trabalho foi de 0,5875 no período de abril a junho, abaixo dos 0,5901 do primeiro trimestre deste ano - o índice varia de zero a um e, quanto mais perto de zero, mais igual a renda entre ricos e pobres.

Essa pequena variação de 0,4%, num indicador que oscila lentamente ao longo do tempo, é o primeiro sinal positivo desde o fim de 2014, quando o mercado de trabalho iniciou uma trajetória de aumento da desigualdade entre os que compõem a força de trabalho (desempregados e empregados).

"Desde o pico histórico em 1989, o índice de desigualdade do país não subia por dois anos consecutivos, como vinha acontecendo. A pequena variação é, portanto, um primeiro sinal de que a desigualdade parou de piorar", disse Marcelo Neri, diretor da FGV Social e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O levantamento da FGV Social tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua. A pesquisa não inclui a renda proveniente de outras fontes, como aposentadoria, pensões e transferências de programas de renda, como o Bolsa Família.

Segundo Neri, o indicador tem grande correlação com o melhor comportamento do emprego. De acordo com dados da Pnad

Contínua, a taxa de desemprego recuou de 13,7% no primeiro trimestre para 13% no segundo trimestre deste ano, a primeira queda relevante desde o fim de 2014.

"Os dados da Pnad Contínua mostram uma evolução interessante, como se estivéssemos cruzando o Cabo da Boa Esperança em desigualdade e desemprego. Claro que sempre existe o risco de novos choques, mas alguma coisa já está no azul no mercado de trabalho", disse o economista.

Para Neri, a queda da inflação foi um aliado para a redução da desigualdade, ao permitir o aumento da renda real. Segundo ele, o pior momento nesse sentido foi no segundo trimestre de 2016, quando a renda recuava 6% em 12 meses para a população de 15 a 60 anos. Esse indicador passou ao campo positivo no segundo trimestre (0,7%).

"A melhora da renda real é um dos fatores por trás do crescimento do varejo nos indicadores conjunturais mais recentes. Talvez esse seja um fator importante para o próximo PIB", disse Neri.

O pente-fino

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O governo vai incluir no Bolsa Família 800 mil famílias no mês de agosto e assim zerar a fila dos pedidos de entrada. Apesar disso, foi reduzido em 1,5 milhão o número de famílias inscritas porque, segundo o ministro Osmar Terra, foi retirado do programa quem tinha renda maior do que admitia. Houve casos de funcionários públicos e até políticos que recebiam benefícios.

O ministro do Desenvolvimento Social disse que o pente-fino nos programas sociais foi bem sucedido. O auxílio-doença que estava sendo concedido havia mais de dois anos foi revisto por médicos peritos e se chegou à conclusão de que 85% recebiam indevidamente: — Só no auxílio-doença estimamos mais de R\$ 10 bilhões economizados. Há outros programas que estão passando por pente-fino e melhorando a gestão. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é maior do que o Bolsa Família, um programa de R\$ 50 bilhões. Encontramos 17 mil pessoas mortas recebendo BPC. São R\$ 600 milhões de economia nesse programa, tudo com mais controle.

Com isso, nós queremos que as pessoas que precisam tenham continuidade. Terra disse que o objetivo neste momento de crise é garantir atendimento básico para a sobrevivência das famílias mais vulneráveis, e para isso trabalha para que os programas sociais sobrevivam aos cortes: — Nós somos o coração do governo, a parte do Planejamento não tem coração porque tem que pensar em números. Entrevistei o ministro Osmar Terra na Globonews exatamente sobre este ponto: como manter os programas sociais em momento em que naturalmente há mais demanda, pela recessão e desemprego, e num ambiente de corte de gastos provocado pela crise fiscal.

Ele disse que o Bolsa Família encolheu porque a gestão melhorou, mas continua incluindo famílias que precisam. Antes, o controle dos beneficiários era feito de dois em dois anos, agora, seis bancos de dados cruzam as informações mensalmente para encontrar quem está recebendo indevidamente o auxílio: — Tínhamos funcionários públicos, vereadores e até prefeitos no Bolsa Família. Como o programa estava sem controle rigoroso, estava artificialmente inchado.

Por isso conseguimos focalizar mais e incluir mais. Em agosto vamos

zerar a fila, incluindo mais 800 mil famílias, e não haverá ninguém na espera. A média do governo anterior era quase um milhão na fila todo mês. Este ano, zeramos pela terceira vez. Osmar Terra disse que o programa manteve a exigência da criança na escola, mas está também criando as condições para o que chamou de “inclusão produtiva”. Com 2% do empréstimo compulsório dos bancos ao Banco Central, será criado um programa de microcrédito, a princípio de R\$ 3 bilhões, para financiar pequenos empreendimentos. Isso será lançado em setembro, mas, segundo ele, as conversas estão adiantadas com Banco Central, Febraban e Sebrae.

Outro programa já em andamento é o que monta uma rede de visitadoras para acompanhar as crianças desde a gestação até o período escolar, para antecipar-se aos problemas e acompanhar o desenvolvimento: — É um grupo de visitantes intersetoriais. São professores, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos em enfermagem que são capacitados em um protocolo internacional da Unicef. Perguntei se não era melhor pensar em universalizar as creches: — Isso não existe em lugar algum do mundo. Já acompanhei esse programa, é um assunto ao qual me dedico há muito tempo. Nos EUA,





há 40% de crianças na creche, na idade de 3 anos. Na Suécia, há 50%. Cuba tem 25%, mas em Cuba existe esse programa de visitantes em casa para 90% das crianças. Esse programa não é para substituir a creche, é complementar. O ministro discorda dos dados do governo anterior de que havia reduzido a pobreza a 10%.

Segundo ele, se 14 milhões de famílias, 1/4 da população, recebiam Bolsa Família, é porque a redução da pobreza nunca existiu. Ele entende que a pessoa não deixou de ser pobre por ter passado a receber auxílio governamental. Osmar Terra disse que a crítica do Banco Mundial ao aumento da pobreza no Brasil se referia aos dados de 2014 e 2015, quando o país estava em crise, e o desemprego, aumentando.

Cármem quer divulgação on-line de orçamento

Presidente do STF e do CNJ busca fiscalizar pagamentos indevidos nos TJs

ADRIANA MENDES

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, vai publicar um resolução para o acompanhamento em tempo real dos orçamentos dos tribunais de justiça dos estados. A medida visa a aumentar a fiscalização após o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) pagar a 84 magistrados salários acima de R\$ 100 mil, chegando até R\$ 503 mil.

Atualmente, o CNJ não tem como fazer uma fiscalização on-line para saber, por exemplo, os valores destinados ao gasto de custeio e pessoal. O TJMT tem um portal de transparência, mas ainda não divulgou o valor total das indenizações pagas relacionadas ao

caso dos supersalários.

O tribunal mato-grossense justificou que tinha aval do Conselho Nacional de Justiça para quitar uma dívida antiga com os magistrados, mas o ministro corregedor do CNJ, João Otávio Noronha, negou que tenha autorizado e suspendeu os pagamentos “até que os fatos sejam esclarecidos”.

Houve apenas uma decisão, autorizando o pagamento de R\$ 29,5 mil a uma juíza do estado, mas que não era extensiva aos outros magistrados. O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Rui Ramos Ribeiro, foi convocado para dar explicações e esteve reunido ontem com o corregedor em Brasília. Após a notificação, o tribunal tem 15 dias para prestar esclarecimentos.

Apenas no término do processo será possível saber se os juízes terão que devolver o dinheiro recebido nos contracheques.

“NÃO TÔ NEM AÍ”

Titular da 6ª Vara de Sinop, a 477 quilômetros de Cuiabá, o juiz Mirko Vincenzo Giannotte recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79 no mês passado. Com descontos, o rendimento foi de R\$ 415.693,02.

Em entrevista ao GLOBO nesta semana, ele afirmou que o pagamento é justo, está dentro da lei e que ele não está “nem aí” para a polêmica. Segundo o magistrado, o valor é a “justa reparação” pelos anos em que trabalhou em comarcas superiores, mas seguiu recebendo o salário como juiz de primeira instância. — Eu não tô nem aí (sobre a polêmica).

Eu estou dentro da lei e estava recebendo a menos. Eu cumpro a lei e quero que cumpram comigo — disse o magistrado. O juiz afirmou que aguarda receber outros passivos estimados em R\$ 750 mil, referentes ao acúmulo de varas.

Gastos dos estados com pessoal cresceram 86% em seis anos

Já os investimentos tiveram queda de 13,3%, mostra boletim da Fazenda

MARTHA BECK E
BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA - O drama de ter um Orçamento cada vez mais consumido por despesas obrigatórias (especialmente Previdência Social e pessoal) não atinge apenas o governo federal. Nos estados, esses gastos também abocanham uma fatia cada vez maior da arrecadação, deixando pouco espaço às demais áreas. Segundo o novo Boletim de Finanças Públicas de Estados e Municípios, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda, os desembolsos estaduais com pessoal saltaram de R\$ 184,7 bilhões em 2010 para R\$ 343,3 bilhões em 2016: um aumento de quase 86%, em termos nominais, em apenas seis anos. Entre 2015 e 2016, a alta foi de R\$ 15,5 bilhões, ou 4,7%. Já os investimentos caminharam no sentido contrário. Passaram de R\$ 49,5 bilhões em 2010 para R\$ 42,9 bilhões em 2016, uma queda de 13,3%.

Ao longo dos seis anos, os estados chegaram a elevar o total investido para R\$ 67,5 bilhões em 2014, mas esse montante foi sendo reduzido gradualmente. Entre 2015 e 2016, os investimentos estaduais ficaram praticamente estáveis, com queda de 0,2%. De acordo com o boletim, os estados em pior situação financeira — Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — registraram um

crescimento mais expressivo nos custos com inativos. O documento destaca que, particularmente em 2016, os estados fizeram um esforço para reduzir despesas com pessoal, mas os resultados apareceram nas contas com servidores que estão na ativa. Já inativos e pensionistas continuaram pesando no bolso. “Em 2016, a maior parte dos estados apresentou queda real na despesa com ativos, o que pode ser resultado de um esforço de contenção de reajustes salariais e redução de quadros, em especial de comissionados, motivado pelas dificuldades financeiras ou pelo impacto da inflação (8,7% no IPCA médio do ano).

As despesas com inativos apresentaram comportamento mais heterogêneo, a depender da configuração dos regimes previdenciários de cada ente”, diz o documento. No Rio de Janeiro, por exemplo, as despesas com folha de pagamento subiram de R\$ 31,681 bilhões em 2015 para R\$ 33,669 bilhões em 2016, uma elevação de 6%. Mas abrindo esse número é possível observar que, enquanto a alta com ativos foi de apenas 3%, a com inativos e pensionistas chegou a 14% no período. Ao mesmo tempo, os investimentos despencaram 62%, passando de R\$ 6,176 bilhões para R\$ 2,342 bilhões.

LRF: 9 ESTADOS
FORA DO LIMITE

O boletim destaca ainda que as estatísticas dos estados têm

discrepâncias com os números calculados pelo Tesouro. Um exemplo está na relação entre despesas com folha e Receita Corrente Líquida (RCL). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define como critério de equilíbrio que a relação entre pessoal e RCL não seja superior a 60%. Mas esse número é bem diferente dependendo de quem faz a conta. Nos cálculos dos estados, apenas Rio de Janeiro (69,38%) e Rio Grande do Norte (62,06%) ultrapassaram o limite previsto na LRF em 2016. No entanto, pelo critério do Tesouro, o total de entes desenquadrados no indicador chega a nove: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

Os piores cenários estão em Minas Gerais (78,76%), Rio de Janeiro (74,73%) e Rio Grande do Sul (69,38%). A diferença nos cálculos, aponta o boletim, ocorre por causa das metodologias usadas para se chegar à despesa com pessoal. Ainda de acordo com o documento, há divergências entre o custo da Previdência informado pelos estados e o que é estimado pelo governo federal. Esse custo é quanto o Tesouro teve que aportar para cobrir o déficit previdenciário. Neste caso, a discrepância fez com que o número informado em 2016 pelos estados fosse de R\$ 54,9 bilhões, enquanto o medido pelo Tesouro de R\$ 84,4 bilhões. Entre 2015 e 2016, o Tesouro aponta um aumento dos aportes feitos na Previdência para cobrir rombos. Essa conta era de R\$ 76,6 bilhões em 2015.

Rombo fiscal maior levará dívida a 81% do PIB

Patamar era de 69,9% em 2016. Para Itaú, país só terá superávit em 2022

BÁRBARA NASCIMENTO,
GERALDA DOCA E
CÁSSIA ALMEIDA

BRASÍLIA E RIO- O adiamento do ajuste fiscal, com a alteração das metas de déficit primário para os anos de 2017 e 2020, fará a dívida bruta do governo geral encerrar o próximo ano em 78,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e atingir 81,1% em 2020. As projeções estão no texto do projeto de lei que foi enviado ontem, pelo governo, ao Congresso. Segundo as novas previsões da equipe econômica, o país só voltará a ter resultado positivo das contas públicas em 2021. Para o Itaú Unibanco, superávit nas contas — ainda assim, muito baixo, de 0,1% —, somente em 2022. Mas as estimativas do banco para dívida frente ao PIB são menores: 78,7% em 2020. — A dívida deve estabilizar em 80%, se houver ajuste fiscal, com a economia crescendo mais e os juros caindo — prevê Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco.

Esse cenário já engloba as revisões na meta fiscal, esperada pelo mercado, mas embute reforma da Previdência e algum aumento de imposto para ser concretizado, avalia Schneider: — Sem reforma da

Previdência, é difícil ver superávit nas contas públicas num horizonte relevante. Os gastos com aposentadorias e benefícios crescem 0,3 ponto percentual do PIB a cada ano. Mas a reforma vai acontecer, é uma questão de Estado e não de governo. Sem conseguir uma série de receitas que eram esperadas, a União quer aumentar a previsão de déficit do governo central deste ano e do próximo, de R\$ 139 bilhões e R\$ 129 bilhões, respectivamente, para rombos de R\$ 159 bilhões em cada ano. Para 2019, o resultado esperado aumentou o déficit de R\$ 65 bilhões para R\$ 139 bilhões. E, em 2020, passou de superávit de R\$ 10 bilhões para déficit de R\$ 65 bilhões.

Schneider calcula que, para estabilizar a dívida, seria necessário superávit de 2% a 2,5% do PIB, percentual que o país conseguiu alcançar de 2003 a 2013. O projeto de revisão da meta começa a tramitar na Comissão Mista de Orçamento (CMO), e o relator será o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), que já tem a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018. O clima atual é de impasse entre o governo e os integrantes da comissão, que estão irritados com 67 vetos feitos pelo Palácio do Planalto à LDO. Parlamentares da base afirmam que, com isso, a base de apoio no Congresso sairá enfraquecida.

DYOGO: ACORDO SOBRE VETOS

Na próxima terça-feira, os ministros da Fazenda e do Planejamento, Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira, vão se reunir com o presidente da Comissão, senador Dario Berger (PMDB-SC) e Pestana, para tentarem chegar a um acordo. Ontem à tarde, Oliveira afirmou que o Planalto quer chegar a um novo formato que consiga atender a deputados e senadores e não prejudique o governo: — O que estamos discutindo é se aquelas matérias que foram vetadas podem ser construídas de uma maneira que não gere os prejuízos e riscos que motivaram os vetos. A equipe econômica ainda estuda qual será o mecanismo. Está na mesa o envio de um novo projeto de lei com o que foi acordado. Oliveira explicou que, entre os vetos que podem ser “revertidos”, está a obrigação de que a União justifique o impacto nos estados e municípios de cada medida tomada.

Também ontem, em audiência pública no Congresso, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, defendeu ampla revisão nas desonerações que afetam a arrecadação da Previdência Social. Segundo ele, as renúncias representam 35% do total da massa salarial do país, o que causa desequilíbrio nas contas do regime



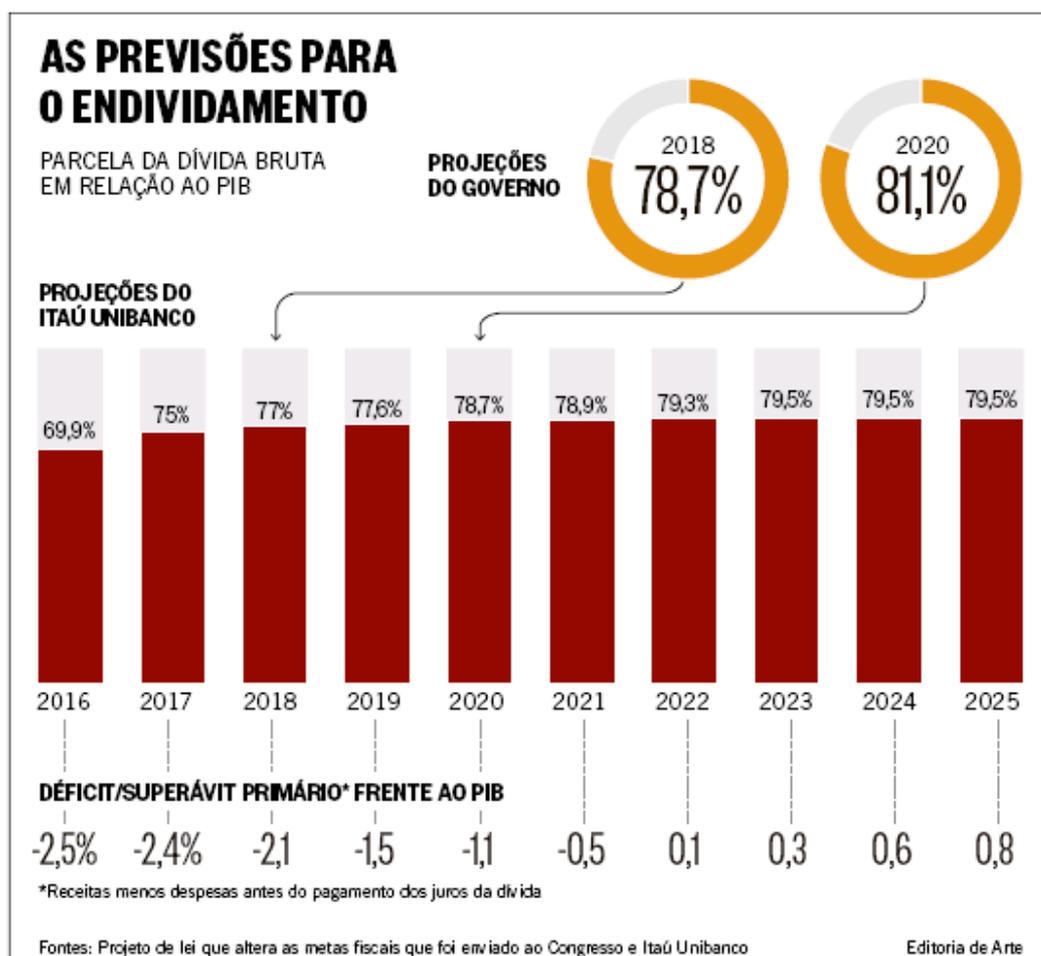


de aposentadoria. Os trabalhadores que atuam nos setores beneficiados, explicou o secretário, “vão bater na porta da Previdência no fim da vida” e exigir a mesma aposentadoria concedida aos demais. Rachid disse que, em 2016, o conjunto das desonerações somou R\$ 54,4 bilhões. Estão nesse cálculo a desoneração da folha de pagamento, empresas do Simples, filantrópicas, exportações e microempreendedores individuais (MEI). O secretário sugeriu mudanças nas renúncias das filantrópicas, chamou atenção para

renúncias nas exportações no ramo do agronegócio e disse que os valores arrecadados por empresas incluídas no Simples e microempreendedores não cobrem a despesa com a Previdência.

Defendeu, ainda, uma contribuição mínima para os trabalhadores rurais. Schneider, do Itaú Unibanco, afirma que o desequilíbrio fiscal vai exigir reestruturação total do gasto: — Fala-se muito da Previdência, por ser o maior gasto e que sobe todo o ano.

Em segundo, vem a folha. A reestruturação passa por rever reajustes salariais acima da inflação, avaliar se isenções como a desoneração da folha ainda fazem algum sentido, se mantêm empregos. Mas, mesmo com a revisão, se não houvesse a meta, seria pior. O gasto está estabilizado e há o teto que manterá as despesas sob controle. O banco acredita que a Taxa Selic vai chegar a 7% ao ano e se manter nesse nível. Nas previsões do governo, os juros básicos chegarão a 8% em 2019.



Equipe econômica vai rever vetos de Temer para tentar aprovar metas

DANIEL CARVALHO
TALITA FERNANDES
DE BRASÍLIA

A equipe econômica vai rever vetos feitos pelo presidente Michel Temer à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o ano que vem, aprovada em julho, na véspera do recesso parlamentar.

A intenção é diminuir a tensão que os vetos criaram na CMO (Comissão Mista de Orçamento). O colegiado ficou irritado e promete retaliar na tramitação da nova proposta de aumento do rombo nos Orçamentos de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões.

A equipe econômica vai analisar os 40 vetos feitos para verificar os que podem ser revistos.

Os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) têm reunião com a cúpula da CMO na terça-feira (22).

Com a tentativa de acordo, a expectativa é que Oliveira encontre um clima mais ameno quando for à reunião do colegiado, também na terça-feira, quando irá apresentar as novas metas.

Em entrevista à Folha, o senador

Dário Berger (PMDB-SC), presidente do colegiado, chegou a chamar o governo de "arrogante e prepotente", o que, para ele, "é sinônimo de governo fracassado".

Foram vetados, por exemplo, trechos que incluíam no rol de prioridades o Plano Nacional de Educação e a conclusão de obras inacabadas. Outro ponto barrado obrigava o governo a reduzir incentivos e benefícios tributários, financeiros e creditícios.

Nesta quinta (17), o presidente Michel Temer enviou ao Congresso o projeto de lei que altera as metas para que o governo possa aumentar o rombo no Orçamento.

Com os sucessivos resultados negativos, a equipe econômica estima que a dívida bruta do setor público vá fechar 2017 em 75,7% do PIB e chegar a 80,6% em 2019. A projeção anterior era de 77,9% para o mesmo ano.

No texto enviado ao Congresso, o ministro do Planejamento disse que o cenário econômico nacional continuou a se deteriorar no segundo trimestre de 2017, "o que provocou elevado grau de frustração de receitas públicas e a necessidade de constantes revisões em suas

projeções".

Disse ainda que as projeções de receitas para o Orçamento de 2018 "não se concretizarão em razão do histórico recente de entrada de recursos nos cofres públicos abaixo do esperado".

O relator da proposta na CMO será o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), que também relatou a LDO de 2018.

MENOS PIOR

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), não falou em datas para que o texto seja analisado. Ele disse que a solução encontrada foi a "menos pior" e que preferia que o governo não tivesse nem de elevar a meta de déficit nem elevar impostos. "Entre uma opção e outra, temos de ficar lamentavelmente com o aumento da meta."

Embora muitos parlamentares tenham defendido uma meta maior para acomodar gastos antes das eleições de 2018, eles agora querem criar dificuldades para conseguir mais espaço no governo.

Cemig propõe manter usinas que União quer vender

MARIANA CARNEIRO
JULIO WIZIACK
DE BRASÍLIA

O governo enfrenta uma disputa com a Cemig que pode levar ao descumprimento da meta de deficit deste ano de R\$ 159 bilhões. A estatal mineira de energia entregou nesta quinta (17) uma proposta ao Ministério do Planejamento para ficar com três das quatro hidrelétricas que a União quer vender para levantar R\$ 11 bilhões neste ano.

A Cemig quer devolver a usina de Volta Grande, avaliada em R\$ 1,3 bilhão, e permanecer com as de São Simão, Miranda e Jaguará pagando R\$ 9,7 bilhões.

O problema é que, ainda segundo a Cemig, a empresa só tem R\$ 3,5 bilhões no caixa. A diferença de R\$ 6,2 bilhões seria coberta por empréstimos com um grupo de bancos liderados pelo BNDES.

Representantes da Fazenda

ponderaram que a operação seria possível desde que a Cemig apresentasse garantias bancárias.

Na conversa, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o endividamento da empresa já equivale a quatro vezes sua geração de caixa. Por isso, dificilmente o negócio poderia ser feito.

O governo mantém a intenção de realizar os leilões, mas, para isso, terá de obter vitória no STF, onde a Cemig questiona a devolução das usinas.

Para a empresa, os contratos das três hidrelétricas previam que a primeira renovação seria automática, mas Dilma Rousseff mudou as regras do setor para a renovação contratual e a Cemig não aceitou. Por isso, a União retomou as usinas. A estatal mineira, no entanto, continua operando por meio de decisões judiciais.

Só Estados vão contribuir para rombo menor

MARIANA CARNEIRO
JULIO WIZIACK
DE BRASÍLIA

Enfrentando um ajuste em suas contas mais severo que o da União, os Estados serão os únicos a contribuir positivamente para o cumprimento das metas fiscais a partir do próximo ano. Em 2020, o esforço deverá chegar a R\$ 16,6 bilhões, enquanto o governo federal ainda registrará um déficit de R\$ 68,4 bilhões, incluindo as estatais.

Como parte da renegociação de suas dívidas no ano passado, os Estados deixaram temporariamente de contribuir para a meta fiscal.

Com o retorno progressivo dos fluxos de pagamento, que retomará com mais fôlego a partir de 2020, sua contribuição voltará a fazer diferença no balanço do setor público.

Com a ajuda dos Estados, o

deficit público previsto será reduzido para R\$ 51,8 bilhões em 2020.

Esta conta, porém, não leva em consideração o leilão de empresas estaduais de saneamento, como a Cedae, do Rio, que deverão ser privatizadas para abater o endividamento dos Estados.

O BNDES já trabalha na modelagem de licitações em pelo menos 13 Estados e mantém conversas com outros entes, incluindo municípios.

Outra medida que pode dar fôlego aos governadores é a volta ao mercado de crédito.

Após um ciclo de forte endividamento estadual estimulado pelo governo, o Tesouro fechou a torneira de novos empréstimos. Em 2016, baixou norma de que só os que tiverem notas A e B poderão captar com garantias do Tesouro, o que barrou mais da metade dos

governadores.

Pela nova classificação divulgada nesta quinta-feira (17), aumentou de 14 para 16 os Estados que têm sinal verde da União.

Segundo a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, muitos governos fizeram esforços de economia com pessoal e alta de arrecadação.

Para este ano, o Tesouro tem R\$ 17 bilhões para oferecer em garantia aos Estados. A partir do ano que vem, segundo Vescovi, começam a valer novas regras de acesso ao aval do Tesouro. Hoje, os Estados brigam entre si e com a União para ter prioridade.

Com a nova regra, haverá critérios objetivos, como a capacidade de pagamento dos Estados e o cumprimento das metas orçamentárias.

O ESTADO DA GASTANÇA»

Urubus impedem venda de imóvel funcional

Aves ocupam a varanda de apartamento na Asa Norte. União tem 231 unidades desabitadas em Brasília que custam R\$ 115 mil por mês

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO



Animais fizeram ninho na área externa da residência. Vigilância ambiental diz que eles só podem ser retirados quando os filhotes aprenderem a voar

O governo federal deve fazer um novo leilão de imóveis funcionais no fim deste mês, mas um apartamento do bloco D da quadra 304 da Asa Norte não estará na lista. Ele é ocupado por uma família de urubus, que não pode ser despejada do local. Por se tratar de um animal silvestre, qualquer tentativa de retirar o ninho será considerada crime ambiental e poderá resultar na prisão dos envolvidos. Por isso, a residência só pode ser vendida após o “ciclo espontâneo” de desocupação, ou seja, quando os dois filhotes aprenderem a voar. O imóvel é avaliado em mais de R\$ 1 milhão, tem cerca de 140 m² e o condomínio custa R\$ 700. Ele é um dos 231 imóveis funcionais da União no Distrito Federal que não estão ocupados por humanos, mas

continuam sendo custeados pelo contribuinte.

Os urubus ocuparam apenas a varanda, já que o imóvel está fechado, mas se tornaram um símbolo do desperdício da má gestão dos recursos públicos. Segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a administração pública federal tem 544 residências no DF, mas 42% estão desocupadas. Enquanto não têm moradores, a União é responsável por arcar com a Taxa de Limpeza Pública (TLP) e com o condomínio. Supondo um valor médio de R\$ 500 por apartamento, o custo final é de mais de R\$ 115 mil por mês. Isso sem considerar obras, gasto com pessoal, manutenção e outras despesas patrimoniais.

Desperdícios

O governo propôs uma série de medidas para melhorar as contas, como suspender reajustes de servidores, limitar os salários de entrada no serviço público e elevar a tributação sobre fundos de investimento. Mesmo assim, elevou as metas de déficit deste ano e de 2018 para R\$ 159 bilhões. Para o contribuinte, a sensação é de que todo esse empenho afeta só o lado mais fraco. “É uma característica da administração pública brasileira assumir uma certa distância dos problemas fiscais menores, como esse. Mas, em conjunto, os pequenos desperdícios que ocorrem em

diversos setores provocam um grande dano no orçamento”, observou José Matias-Pereira, professor da Universidade de Brasília (UnB), especialista em contas públicas.

Para reduzir custos administrativos, o governo tentou, em maio, vender alguns dos imóveis funcionais, mas não obteve o sucesso esperado. Das 25 residências colocadas em leilão, sete foram vendidas e adicionaram R\$ 15,7 milhões ao caixa do governo, numa média de R\$ 2,24 milhões por apartamento. Levando em consideração essa média, se a administração pública vendesse todos os 544 imóveis, teria um reforço de R\$ 1,22 bilhão no orçamento.

Os valores são considerados caros devido ao estado ruim dos imóveis e, por isso, não devem estar atraindo os compradores. Muitas das moradias estão mal cuidadas porque os antigos ocupantes não se preocupavam com a manutenção e a conservação da estrutura, que são de responsabilidade do Estado. Roberto Piscitelli, professor de economia da UnB, explicou que muitos dos apartamentos ficaram imprestáveis. “Foram se deteriorando porque os moradores ocupam, mas é o governo que precisa gastar para mantê-los. E é um custeio público pouco efetivo. Na verdade, é um gasto inútil que não tem retorno”, destacou.





Gil Castelo Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, lembrou que os imóveis funcionais foram criados para atrair servidores de outros estados para Brasília. Na época, foi criada a chamada “dobradinha”, na qual os funcionários públicos teriam o salário dobrado e um apartamento do governo para morar. “Hoje em dia, não há essa necessidade. Todos os imóveis deveriam ser vendidos, porque não é papel do Estado cuidar de apartamentos. O governo não é uma imobiliária. Até porque isso acarreta custo com vazamentos e obras, por exemplo. É muito mais vantajoso à União conceder auxílio-moradia do que ser administradora de centenas de imóveis”, criticou. O processo de venda das residências oficiais começou no início dos anos 1990, no governo de Fernando Collor, mas o estoque até hoje não foi zerado.

Castelo Branco também destacou que os gastos com imóveis não são exclusividade do Executivo. “Os poderes Judiciário e Legislativo também têm seus imóveis e, provavelmente, gastos enormes. Alguns parlamentares, por exemplo, preferem ficar em hotéis, porque é mais vantajoso. Não é preciso

contratar empregados para conservar o apartamento. Enquanto isso, o governo arca com os custos do apartamento funcional desocupado”, exemplificou.

Receio

Enquanto a situação fiscal do país não é resolvida, a família de urubus aproveita o apartamento funcional. Alguns moradores da quadra estão com receio dos bichos. “Uma vez um desses atacou um passarinho que tinha na casa de uma amiga no 12º andar, em São Paulo. Eles podem entrar em outro apartamento. Deve ser perigoso”, disse a dona de casa Edna Estelles, 55 anos. Já o aposentado Geraldo Francisco, 59 anos, que mora no apartamento abaixo daquele onde se alojam as aves, disse que não sabe se os animais atraem “notícias negativas”, mas que torce para eles saírem. “Com certeza, não deveriam estar ali”, afirmou.

Quando os filhotes levantarem voo e saírem, a SPU vai mandar uma equipe para limpar o local e tampar a varanda, já que, segundo os vigilantes ambientais, os animais são fiéis ao abrigo e a tendência é que voltem.





Carniça fiscal

Enquanto o governo congela os salários dos servidores e arrocha o contribuinte com mais impostos, uma família de urubus aproveita a estada num prédio funcional, que é mantido com recursos da União.



VIVER BEM

O imóvel da SQN 304 está desocupado por humanos há, pelo menos, um mês. Desde o dia 6 de julho, os urubus adotaram o apartamento, estimado em mais de R\$ 1 milhão, e fizeram um ninho.



IMOBILIÁRIA PÚBLICA

No DF, mais de 42% das residências administradas pela União estão desocupadas. O governo que arca com os custos dos imóveis.

Imóveis funcionais no DF **544**

Imóveis funcionais desocupados no DF **231**



VENDA FRUSTRADA

Em maio deste ano, foram colocados à venda 25 imóveis em Brasília, mas somente 28% do total foi vendido

Imóveis colocados à venda	Unidades vendidas	Valor arrecadado
25	7	R\$ 15,7 milhões



NOVA TENTATIVA

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) informou que um outro edital com venda de unidades deve ser publicado no DF até o fim deste mês.



Fonte: Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Pac@co/CB/D.A Press

Dívida vai a 90% do PIB se metas falharem

ROSANA HESSEL

Ao propor ampliação dos rombos fiscais de 2017 e de 2018 para R\$ 159 bilhões e adiar a volta do equilíbrio nas contas públicas apenas para 2021, o governo está criando uma bomba para o próximo governo. O alerta é da economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, de Washington. Ela estima que, no fim do próximo ano, a dívida pública bruta poderá chegar a 90% do Produto Interno Bruto (PIB) se as novas metas não forem cumpridas.

A mudança dos objetivos fiscais deste ano e do próximo tem como objetivo evitar que o presidente Michel Temer descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como fez Dilma Rousseff com as pedaladas fiscais. Só que, para entregar as metas, o governo aposta em receitas extraordinárias que não devem ser realizadas. “Tudo é muito frágil e está calcado em esperanças e medidas que precisam de aprovação do Congresso. Eles estão subestimando o tamanho do rombo, que deverá ser maior”, afirmou Monica.

O país está no cheque especial desde 2014 e, pelo cenário traçado pelo governo, em 2020, completará

sete anos consecutivos no vermelho, algo que nenhuma pessoa ou empresa conseguiria sustentar, continuando a ter crédito barato na praça. Como o governo gasta muito mais do que arrecada, a dívida pública pode explodir porque o governo não deve conseguir economizar para pagar os juros dos títulos.

O mercado, por sua vez, vai cobrar caro por isso, ou seja, mais prêmios e mais juros pelos títulos que o governo emitir para cobrir o rombo fiscal. “Ninguém sobrevive no cheque especial por sete anos. Estamos vendo um retrocesso do ajuste fiscal feito no início dos governos petistas por conta da vigência da LRF. Dilma deixou um quadro muito ruim, mas Temer ajudou a agravá-lo”, avaliou a economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da LRF. Ela citou como exemplo os reajustes generosos concedidos aos servidores e a anistia de R\$ 10 bilhões do Funrural.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, disse que, se a reforma da Previdência não for aprovada, haverá maior descontrole fiscal. “A esperança é que quem vencer as eleições de 2018 tenha o compromisso de ajustar as contas, caso contrário, estaremos de volta aos anos 1980”, alertou.

BC perde relevância

“A queda de cinco pontos percentuais da Selic ficou em segundo plano e levou o Banco Central ao papel de coadjuvante no processo de recuperação da economia”

por **Antonio Temóteo** /
antoniotemoteo.df@dabr.com.br
%u2014 Interino

O país, que deveria comemorar o processo de redução da taxa básica de juros, está anestesiado com a profunda crise fiscal. A queda de cinco pontos percentuais da Selic ficou em segundo plano e levou o Banco Central (BC) ao papel de coadjuvante no processo de recuperação da economia. Isso porque as perspectivas para as contas públicas são cada vez piores, já que o governo dependerá do Congresso Nacional para aprovar uma série de medidas para reduzir despesas.

Após revisar as metas fiscais de 2017 a 2020, o governo acumulará um rombo fiscal de R\$ 813,7 bilhões em sete anos. Para um ex-diretor da autoridade monetária, a crise fiscal, que já é aguda, corre o risco de se tornar crônica no curto prazo. Nesse contexto, a queda da inflação não seria suficiente para manter os juros baixos. Com a elevação dos riscos, os investidores tendem a cobrar um prêmio maior para aplicar em países emergentes.

De mãos atadas, caberia à equipe de Ilan Goldfajn apenas evitar o caos. A medida, entretanto, aceleraria a trajetória de crescimento da dívida pública. Os analistas mais pessimistas ouvidos pelo Ministério da Fazenda já estimam que a dívida bruta equivalerá a 92,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Os primeiros desafios da equipe econômica no curto prazo são a aprovação da mudança da meta fiscal de 2017 para um deficit de R\$ 159 bilhões e a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP).

O projeto de lei para elevar em R\$ 20 bilhões o rombo fiscal já foi enviado ao Congresso, e a medida provisória que cria a nova taxa de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está emperrada na comissão especial destinada a debater o tema. Caberá ao Executivo aglutinar a base aliada para aprovar a MP até 6 setembro. O colegiado é presidido pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ), e aliados do petista deixaram claro que ele não dará sossego ao governo.

O nível de insatisfação da base aliada aumentou após o presidente Michel Temer não substituir os ministros tucanos. O Centrão — composto por PP, PTB, PR e PSD — cobra mais espaço e está insatisfeito com cargos de segundo e terceiro escalões. A pasta mais cobiçada por todas as legendas é o

Ministério das Cidades. O nível de descontentamento também é grande entre integrantes do PMDB, que dizem que o capital político de Temer se esgotou após a Câmara barrar o prosseguimento da denúncia contra ele submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Para uma parte do mercado, ficou claro que Temer jogou para o próximo governo a responsabilidade de reformar a Previdência. Com isso, além de aprovar a nova meta fiscal e a criação da TLP, será necessário garantir o aval do Congresso para reduzir gastos com servidores públicos. As pressões de diversas categorias já começaram, e várias entidades prometem cobrar dos parlamentares apoio para manter os reajustes salariais e benefícios. O principal argumento é que não é justo que os civis sejam prejudicados e os militares mantenham as revisões nos contracheques.

Obstáculos

Além de perder relevância em todo o debate econômico, a equipe de Ilan Goldfajn terá de lidar com a frustração de ver naufragar a agenda de medidas propostas para reduzir estruturalmente os juros e tornar o sistema financeiro mais eficiente. Com uma pauta de iniciativas impopulares na frente, Temer terá de mostrar que conhece como ninguém os corredores do Congresso Nacional para ver avançar todas as matérias de interesse do BC.





Não restam dúvidas de que o chefe do Executivo é o mais hábil negociador em atividade no Brasil. Entretanto, são enormes os desafios para que o país saia do atoleiro e volte a crescer sustentavelmente. Com a proximidade das eleições de 2018, deputados e senadores terão interesse em garantir a reeleição e não em aprovar um “saco de maldades”.

Os sinais incipientes de lenta recuperação da economia tendem a se dissipar caso o governo não consiga fazer avançar a ampla agenda de reformas e ajustes. Sem ascendência e votos no Congresso, Ilan Goldajn terá de se preparar para o pior. Enquanto isso, a população brasileira sofre com desemprego e falta de perspectivas de longo prazo.

Estratégia definida

Contrário a diversos pontos da reforma trabalhista, o Ministério Público da União (MPU) definiu estratégia para tentar minar trechos considerados inconstitucionais. O

envio de ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF) está descartado. Para diversos procuradores, a composição da Corte não favorecerá a reversão do texto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Michel Temer.

Formação de jurisprudência

Os procuradores se convenceram de que os questionamentos devem ser feitos a partir da primeira instância, por meio de ações civis públicas. Caso as teses defendidas pelos integrantes do MPU prosperem, uma jurisprudência será formada e isso não poderá ser ignorado pelos ministros do STF. A estratégia tem apoio velado da maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que já demonstraram publicamente contrariedade com a reforma aprovada por deputados e senadores.